



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da Vice-Presidência

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo nº 0135339-7/02**

**Recorrente:** Banco do Brasil S/A

**Recorridos:** TCN – Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro

**Relator:** Des. Fernando Ferreira

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. ALTERAÇÃO OBJETIVA DO PROCESSO EM FASE RECURSAL. INADMISSIBILIDADE. AGRAVO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. MULTA APLICADA.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente decidido que o *“princípio da instrumentalidade das formas e do máximo aproveitamento dos atos processuais não pode ser utilizado em manifesta contrariedade à segurança jurídica e à estabilidade da relação processual, de maneira a permitir que, fracassada a tese inicialmente intentada pela parte, possa ela inovar, após o esgotamento da fase instrutória, máxime se não há a expressa concordância do réu. Incidência, na espécie, do art. 264 do CPC”* (2ª T., REsp 1001745/MG, rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 14.04.2009).

2. Na medida em que, nesta sede de combate a decisão terminativa pelo desprovimento de sua apelação, o agravante agita fatos – e não qualificação jurídica diversa a eles conferida – que efetivamente são incompatíveis com a causa de pedir na execução embargada, desde sempre o Superior Tribunal de Justiça tem proclamado, desta feita mercê do princípio da vinculação do julgador sufragado no art. 128 do CPC, ser vedado ao órgão colegiado juízo natural da apelação conhecer do mérito do agravo (3ª T., REsp nº 6193/SP, rel. Min. Eduardo Ribeiro, j. em 26.08.1991).

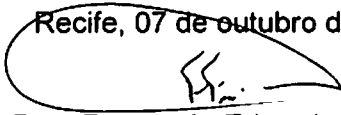
3. Por ser certo que inexistente na petição do recurso principal impugnação à condenação do embargado/gravante nos advocatícios fixados na sentença, também é do magistério jurisprudencial do STJ entendimento – cabível por analogia ao caso concreto – de que: *“No que se refere à base de cálculo dos honorários, o regimental acaba por inovar e ultrapassar a devolutividade do recurso especial, apresentando verdadeira inovação, o que não se permite”* (2ª T., AgRg no REsp 1217921/PR, rel. Min. Castro Meira, DJe 12.05.2011).

4. Consoante comando – de natureza cogente – escrito no § 2º do art. 557 do CPC, quando for manifestamente inadmissível o agravo o recorrente será condenado ao pagamento de multa a ser fixada em percentual calculado sobre o valor corrigido da causa, *“ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor”*.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 135339-7/02, em que figuram, como agravante, Banco do Brasil S/A e, como agravados, TCN – Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro, por unanimidade **ACORDAM** os Desembargadores da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco em não conhecer do recurso por considerado manifestamente inadmissível e, de conseguinte, também à unanimidade em condenar a parte recorrente a pagar aos recorridos, conjuntamente considerados, multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, condicionando a interposição de qualquer outro recurso (inclusive de embargos declaratórios) ao depósito integral do respectivo valor, tudo conforme relatório, voto e ementa que integram este acórdão.

Recife, 07 de outubro de 2013



Des. Fernando Eduardo Ferreira  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Fernando Ferreira

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo nº 0135339-7/02**

**Recorrente:** Banco do Brasil S/A

**Recorridos:** TCN – Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro

**Relator:** Des. Fernando Ferreira

**RELATÓRIO**

Agravo tirado contra decisão monocrática de magistrada que por convocação me substituiu na relatoria do recurso principal, a **Ap. Cível nº 135339-7**. Mercê da qual, com incursão no mérito à luz do art. 557 do Código de Processo Civil, Sua Excelência negou provimento a esse apelo de origem.

Para manter incólume a sentença guerreada, oriunda do Juízo de Direito da 12ª Vara Cível da Capital, a prolatora da terminativa impugnada externou sua convicção como segue, no essencial:

[...]

*Em razão da natureza da ação executiva, é imprescindível que o instrumento hábil que a instrui possua, por determinação legal, força executiva, sem a qual macula aquela ação ensejando sua extinção sem o exame do seu mérito.*

*Por outro lado, é uníssona a jurisprudência no sentido da impossibilidade da nota promissória vinculada a contrato de abertura de conta-corrente instruir a ação de execução, em virtude de não ser título executivo, consoante esposado na súmula nº 258/STJ, ao dispor que 'a nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou', citada na seguinte ementa:*

[...]

*Bem por isso, forte no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao presente recurso, posto não se prestar a nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito como título executivo, mantendo, por conseguinte, a judiciosa sentença aguerrida" (fl. 124 dos autos apensos – sem o destaque).*

Na petição deste agravo, o banco recorrente desafia duas teses distintas, adequadamente abordadas quando do voto, para subsidiar pretensões recursais a seguir fielmente transcritas:

*"Diante do exposto, clama o **agravante** pelo conhecimento e provimento do presente **RECURSO DE AGRAVO** para o fim de, reconhecendo presentes todos os requisitos de **título executivo no Contrato** objeto do **Processo de Execução**, determinar o regular processamento daquele feito, penhorando-se os bens necessários até atingir o limite do valor da dívida executada, devidamente atualizada, na eventualidade de a **devedora/executada** não tomar a iniciativa do pagamento imediato e espontâneo, levando-se à sua responsabilidade todas as despesas decorrentes do feito, incluindo-se custas judiciais e **verba honorária**, sob pena de manifesto ferimento às disposições do **artigo 585, VIII, do CPC** e **inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal**, em manifesto **cerceamento do direito de defesa** do ora **agravante**, além do desrespeito aos demais dispositivos mencionados, em torno da fixação da **verba honorária**, que deverá ser fixada em valor simbólico, caso mantida a decisão" (fls. 05/06).*

Não tendo exercido o juízo de retratação, independentemente de inclusão em pauta e revisão submeto o agravo a julgamento nesta primeira sessão do órgão fracionário subsequente à recepção dos autos no Gabinete, evento que ocorreu em 29.07.2011.

É a exposição.

### VOTO

O recurso seria manifestamente **infundado** se antes não fosse, como é, manifestamente **inadmissível**.

Explico essa contundente proclamação inicial.

Pelo tanto que expus quando do relatório, de logo clama por atenção o óbvio descompasso entre a percepção da magistrada prolatora do *decisum* e o recorrente em torno, é bom que enfatize, de elementos objetivos da demanda, vale dizer, o pedido e a causa de pedir.

Com efeito, enquanto a decisão dispõe "*não se prestar a **nota promissória** vinculada ao contrato de abertura de crédito como título executivo*" (sem o destaque), o recorrente reclama pelo reconhecimento, neste julgamento, da configuração de "*todos os requisitos de **título executivo no Contrato** objeto do **Processo de Execução***" (com os destaques).

Donde a indagação crucial: afinal, qual o título que lastreia a execução embargada, uma **nota promissória** (independentemente do contrato ou negócio jurídico que a causou ou de onde ela teve origem) ou um **contrato**?



Para esclarecimento dessa dúvida, pois, retenha-se de logo que a melhor doutrina sobre a norma do art. 264 do Código de Processo Civil (Fredie Didier Jr. por todos), na mesma medida em que reconhece ser *"direito processual do autor promover a alteração (substituição) dos elementos objetivos da demanda (pedido e causa de pedir) antes da citação do réu"*, enfatiza a realidade lógico-jurídica subjacente de que ***"não se pode alterar objetivamente o processo em fase recursal"***<sup>1</sup>.

Por isso que, especificamente quanto ao que vislumbro desenhado na pretensão recursal nuclear, na mais acatada obra de comentários à legislação processual civil Theotônio *et alii* endossam tal ensinança com aguda objetividade:

***"Constitui inadmissível alteração do pedido descrever, na execução, um título e requerer, posteriormente ao oferecimento dos embargos, a substituição por outro, sob alegação de ter havido lapso (RTFR 131/55)"***<sup>2</sup>.

Pois bem.

Quando impugnou os embargos na origem, o banco exequente/embargado disse o seguinte:

***"2.5 – A inicial arquitetada pelo Executado, ora Embargante, se constitui de formulações meramente procrastinadoras, afrontosas aos dispositivos legais, sem amparo no direito material e na verdade dos fatos, razão por que incide em lide temerária, a teor dos Artigos 14 a 18 do CPC, autêntica LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ."***

***2.6 – E se assim procede o Embargante, Douto Julgador, em primeira plana porque os títulos executivos que embasam o já mencionado executório não se encaixam no perfil daqueles títulos referidos no inciso II do Artigo 585 do CPC a que, desavisadamente, se socorre. Tais títulos –, ao contrário –, ostentam o seu caráter de executividade por força do Decreto 2.044 de 31.12.1908 e da Lei Uniforme que lhes garantem aplicabilidade legal e econômica."***

***2.7 – Por suas características cambiais são autênticas NOTAS PROMISSÓRIAS na conformidade do que dispõe o Artigo 54 do retromencionado Decreto 2.044/1908, razão por que prescindem de Contrato que lhe estipule e regule qualquer efeito cambial"*** (fl. 41 dos autos da causa – ressalvem-se, apenas, os destaques).

Ao sentenciar, o Juízo da causa realmente fez referência – *obiter dictum* – à ineficácia do contrato de abertura de crédito rotativo *"para fins de instrumentalização do processo executivo"*, (fl. 76 dos autos em apenso). Isso, entretanto, conforme penso, para, no que efetivamente estava a decidir, externar a convicção de que *"a nota promissória não se presta para aparelhar a execução, por ser título decorrente e conseqüente do contrato de abertura de crédito em conta corrente"* (fl. 77 dos mesmos autos).

<sup>1</sup> Fredie Didier Jr., em "Curso de Direito Processual Civil", vol. 1, Ed. JusPODIVM, 12ª ed./2010, p. 448

<sup>2</sup> Em "Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor", Ed. Saraiva, 42ª ed./2010, nota 5 ao art. 264 do CPC, p. 352, sem o destaque



Na apelação principal, então, o banco embargado açoitou a sentença exatamente porque, coerente com o pedido e a *causa petendi* até então por ele abraçados, terá sido vítima de “prestação jurisdicional manifestamente injusta, pois fundamentada em **erro de fato**” (fl. 90 dos apensos – sem o destaque).

Nesse rumo, em diversas passagens de seu arrazoado reiterou sua certeza de que o título com o qual aparelhara a execução embargada consistia em nota promissória emitida em razão de empréstimo de quantia certa e não, como vislumbrou o Juízo, em nota promissória emitida em aberto para garantia de limite de cheque especial (crédito rotativo em conta corrente). Confirmo:

“11) - Atente-se – Eminente Relator – para o fato de que o Douto Julgador de primeiro grau, quando passa à motivação de sua **decisão**, a partir das fls. 76, o faz única e exclusivamente se referindo a que os títulos que alicerçaram a execução – processo principal de número 001.1996.018622-1 – decorreram de **Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente**.

12) - E como tal, recepcionando algumas jurisprudências da mais Alta Corte do país, julgou procedente os Embargos do Devedor. LEDO ENGANO, por uma simples razão sem qualquer chance de confronto. Em nenhuma parte da Inicial da Execução – mencionada logo acima –, faz o Banco/Apelante qualquer referência a que o seu crédito decorria de **Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente**.

13) - Data venia, há em tudo demonstração inequívoca de que a Decisão não enfrentou, **sequer sucintamente**, as teses apresentadas pelas partes e **em especial pelo Apelante, cujo principal argumento do seu direito é o de que a cobrança forçada decorre de empréstimos mediante NOTA PROMISSÓRIA**, cujos créditos a favos dos Apelados teve o Banco/Apelante o cuidado de comprova-los, quer nos autos do processo principal – dito de Execução – quer nos autos do incidente de Embargos a Execução, particularmente” (fls. 88/89 dos autos da causa – transcrição fiel).

Mais adiante, na mesma peça:

“2) - O **ponto controvertido da questão dos Embargos é, segundo sua Inicial, a ineficácia dos títulos vinculados a Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente – ‘Cheque Especial Empresarial’, além de excesso na cobrança da dívida executada.**

3) - **Apoiados nessa tese, consabidamente equivocada, e apontando – os Embargantes – as Notas Promissórias de fls., nos autos da Inicial de Execução – processo 001.1996.018622-1, como títulos ilíquidos, incertos e inexigíveis pelos fundamentos logo acima citados, sem qualquer prova material que comprovasse suas afirmações, salvo terem atravessado, nos autos dos Embargos de nº 001.1996.098381-4, petição pugnado pela desconstituição dos títulos cobrados juntamente com cópias do Acórdão lavrado pela Egrégia 3ª Câmara Cível do Colendo TJPE e da Sentença de 1º grau exarada pelo MM. Juízo da 16ª Vara Civil desta Capital.**

3ª) - Na verdade tramitaram naqueles Juízos, demandas entre os ora litigantes, cujo objeto era de fato a cobrança forçada de crédito lastreado por Nota Promissória vinculada a 'Cheque Especial Empresarial', haja vista tal afirmação na própria Inicial da Execução, processo de nº 001.1996.018626-4, ao final sendo exitosos nos Embargos de nº 001.1996.119669-7 e seu incidente de Apelação de nº 66310-3, trânsito pela 3ª C. Civil (vide fls. 63/74).

4) - Ali, como se vê, a causa de pedir era uma, aqui é outra, guardando apenas as mesmas Partes" (fls. 90/91 dos mesmos autos, desta feita sem os destaques).

Contudo, após o julgamento monocrático de seu apelo, estranhamente (porque sem qualquer esclarecimento – justificativa nem pensar! – a respeito) o banco embargado/agravante altera objetivamente o processo. Confira-se:

"É que em 1.996 o ora agravante distribuiu Processo Executivo nº 00196018622-1 (4939) contra a agravada visando a cobrança de valor originado de um Contrato de Abertura de Crédito em Conta-Corrente no valor de R\$ 49.399,98 atualizado até aquela data, o qual não fora pago no prazo estipulado pelos então executados.

Em 26.09.2005 (fls. 76/77) o Juízo de Primeiro Grau extinguiu o feito sem apreciação meritória com base nas orientações advindas da Súmula 233 do Colendo STJ, levando à responsabilidade do ora agravante o pagamento das custas processuais e da verba honorária de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, apurado em 03.10.1996.

Dessa decisão o agravante interpôs Apelação Cível a esse Regional, em cujas razões explicitou que na época da distribuição daquela ação ainda não se encontrava concebida a mencionada Súmula 233, e que aquele Contrato era tido por título executivo sem qualquer ressalva por parte dos tribunais, inclusive pelo próprio Colendo STJ" (fl. 04 – transcrição fiel).

Interrompo a reprodução – literal – de trechos das razões do agravo para registrar a circunstância de que, sobre expor os fatos neste sítio recursal de natureza integrativa em temerária desconformidade com a verdade (CPC, 14, I), o recorrente ostensivamente infringe, ainda, o impostergável dever de "proceder com lealdade e boa-fé" (CPC, 14, II) na precisa medida em que, ao revés do quanto afiança no último parágrafo acima transcrito, jamais, isto é, nem na peça de interposição do apelo e nem no memorial que a instruiu, escreveu uma linha que fosse sobre o que agora afirma que então "explicitou". Sequer, enfático, há naquelas peças de sua autoria simples referência à Súmula 233 do Superior Tribunal de Justiça.

Daí, isto é, nesse lamentável passo divorciado dos elementos objetivos do processo, o recorrente aduz o seguinte:

"Assim, sob todos os ângulos a serem apreciados, não poderá prosperar a decisão proferida por essa Relatoria, impondo-se sua modificação para o fim de reconhecer aquele Contrato composto de



*todos os requisitos de **título executivo**, na forma reconhecida, na época, por todos os tribunais, inclusive pelo próprio **Colendo Superior Tribunal de Justiça – STJ**” (fl. 05 – transcrição fiel).*

Barbaridade!

Sim, porque ainda quando, em duvidosa homenagem ao princípio da instrumentalidade das formas, intérprete-aplicador da norma menos ortodoxo tendesse a considerar escusável esse temerário proceder, na espécie, e agora em prol da segurança jurídica e da estabilidade da relação processual, não lhe seria permitido dar concretude a essa eventual tendência. Pois, a propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente decidido: “O princípio da instrumentalidade das formas e do máximo aproveitamento dos atos processuais não pode ser utilizado em manifesta contrariedade à segurança jurídica e à estabilidade da relação processual, de maneira a permitir que, fracassada a tese inicialmente intentada pela parte, possa ela inovar, após o esgotamento da fase instrutória, máxime se não há a expressa concordância do réu. Incidência, na espécie, do art. 264 do CPC” (2ª T., REsp 1001745/MG, rel. Min. Eliana Calmon, v.u., DJe de 14.04.2009).

Nesse ser assim, e rememorando que, no caso concreto, nesta sede o recorrente agita fatos – e não qualificação jurídica diversa a eles conferida – que, efetivamente, são **incompatíveis** com a causa de pedir na execução embargada, tem o sabor do óbvio a constatação de que, desta feita mercê do princípio da vinculação do julgador consagrado no art. 128 do CPC, o órgão colegiado juiz natural da apelação jamais poderá conhecer do mérito deste agravo. Não é outro o vetusto magistério jurisprudencial do Tribunal da Cidadania, no ponto sempre e sempre reiterado neste sentido (pertinente *contrario sensu* ao caso concreto):

*“Embargos – Causa de pedir – Vinculação do julgador.*

*Viola o artigo 128 do Código de Processo Civil o acórdão que tem em conta, para dar pela procedência dos embargos, fatos que, não apenas se distanciam da causa de pedir, **como são com ela incompatíveis**” (STJ-3ª T., REsp 6193/SP, rel. Min. Eduardo Ribeiro, j. 26.08.1991, in RSTJ 34/266 – sem o destaque).*

Certo, ademais, que ainda de há muito o Supremo Tribunal Federal proclama que invocado texto legal vincula *“também os julgadores em segundo grau”* (RE 99654/BA, rel. Min. Moreira Alves, j. em 22.03.1983, DJU de 01.07.1983).

Lado outro, e agora me reporto à tese que esquentava a pretensão recursal alternativa, de redução da verba honorária fixada na sentença para “valor simbólico, caso mantida a decisão”, cuido que esse pedido está inflamado por este argumento:

*“Por outro lado, também se mostra ilegal a condenação em torno da fixação da **verba honorária em 10% (dez por cento)** sobre o valor da causa, em absoluto desrespeito às imposições do **§ 4º do artigo 20 do CPC**, que inclusive se refere a casos de **processo de execução**, principalmente se se levar em consideração o altíssimo valor dado à causa por ocasião da distribuição do feito de embargabilidade executiva, impondo-se, ainda que mantida a decisão, no que não se acredita, a fixação de um valor simbólico a título de **honorários advocatícios**” (fl. 05).*



Ocorre que, também com relação a esse capítulo de suas razões, o recurso é incognoscível.

Porque, em boa verdade, inexistia na petição do recurso principal impugnação à condenação do embargado/agravante nos advocatícios fixados na sentença *“em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa”* (fl. 77 dos autos da lide).

Assim, e considerando que no caso concreto foi atendido aquilo que no assunto tem dignidade de ordem pública, que é a observância do comando de natureza cogente posto na primeira figura do art. 20 do CPC (*“A sentença condenará o vencido...”*), não há se cogitar de análise da pretensão recursal alternativa uma vez que, igualmente quanto a ela, o Superior Tribunal de Justiça reiteradamente tem decidido que, nos *“termos da jurisprudência desta Corte, é vedado à parte inovar em sede de agravo regimental, colacionando razões que não foram suscitadas no recurso anteriormente analisado”* (5ª T., AgRg no REsp 948518/PR, rel. Min. (convocado) Adilson Vieira Macabu, DJe de 28.02.2011).

No mesmo sentido, com pertinência ímpar ao caso *sub judice* (salvante a diferença entre instâncias), esse mesmo Tribunal Superior recentemente reafirmou: *“No que se refere à base de cálculo dos honorários, o regimental acaba por inovar e ultrapassar a devolutividade do recurso especial, apresentando verdadeira inovação, o que não se permite”* (STJ-2ª T., AgRg no REsp 1217921/PR, rel. Min. Castro Meira, j. em 03.05.2011, DJe de 12.05.2011)

Tudo isso considerado, estou em que resta, tão somente, um aspecto a ser analisado neste julgamento.

Para sua abordagem, todavia, convém deixar assentado que, para ressaltar que a aplicação do princípio da boa-fé processual na execução *“é muitíssimo relevante”*, Fredie Didier *et alii* afirmam: *“A execução é um dos ambientes mais propícios para a prática de comportamentos desleais, abusivos ou fraudulentos. É, portanto, campo fértil para a aplicação do princípio da boa-fé processual, corolário do devido processo legal e previsto no inciso II do art. 14 do CPC”*<sup>3</sup>.

Especificamente ao cogitar da vedação legal do *ius novorum* em sede recursal (CPC, 517), os dois primeiros desses renomados doutrinadores (Fredie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha) discorrem como segue:

*“O art. 517 do CPC não trata do efeito devolutivo da apelação, pois não se refere a questões já submetidas ao juízo de primeira instância, aludindo, em verdade, a pontos inéditos, ainda não submetidos, naquele processo, ao conhecimento do órgão jurisdicional. O dispositivo permite a alegação de novo fundamento de fato, desde que demonstrado um motivo de força maior. A ‘contrario sensu’, não se admite a inovação, em matéria de fato, no âmbito do recurso de apelação. Essa regra, contida no referido art. 517 do CPC, tem por finalidade obstar a deslealdade processual, coibindo o intuito de ocultação e o desiderato de surpreender a parte contrária, com alegações de fato que não foram, oportunamente, apresentadas. É evidente, portanto, que o art. 517 do CPC decorre da boa fé objetiva e do dever geral de lealdade processual, de sorte que*

<sup>3</sup> Fredie Didier Jr., Leonardo José Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Oliveira, em “Curso de Direito Processual Civil – Execução”, vol. 5, Ed. JtsPODIVM, 2ª ed./2010, p. 50

**somente se permite a inovação, na apelação, em matéria de fato, se efetivamente restar comprovado um motivo de força maior”<sup>4</sup>.**

Ora, é evidente que não soa afeiçoada ao dever processual de lealdade conduta de quem, buscando em sede inadequada resgatar sua frustrada expectativa de solução favorável à pretensão resistida, provoca incidente destituído de mínima razoabilidade, em desrespeito, inclusive, ao trabalho intelectual do julgador.

De tudo quanto restou até já explanado, então, ressuma a convicção de neste instante estar o Tribunal a julgar mais um recurso – haja vista a anterior oposição de declaratórios com lastro em idênticos argumentos – interposto no mesmo rumo desatinado, em ostensiva agressão aos mais comezinhos deveres das partes e de seus procuradores expressos em (atuais) cinco incisos do artigo 14 do Código de Processo Civil, todos, no sentir do acatado jurista mineiro Celso Agrícola Barbi, “*incluídos no dever mais geral de agir com lealdade, isto é, obedecer às regras do jogo, no qual deve vencer aquele que realmente tem razão*”. De modo, sobretudo, a coibir a ocorrência “*de procedimento desleal da parte, que aumenta a atividade processual com a finalidade reprovável de evitar a solução final da demanda*”<sup>5</sup>.

De sorte que, em atenção à inteligência que deflui da conjugação do art. 14, incisos I, II e V, e do comando – de natureza cogente – do § 2º do art. 557 (“*Quando manifestamente inadmissível ou infundado o agravo, o tribunal condenará o agravante a pagar ao agravado multa entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor*”), cabível é a sujeição do recorrente a essa multa processual em patamar que se mostre pedagógico.

Forte nessas alongadas considerações, por manifestamente inadmissível não conheço deste agravo e, via de consequência, condeno o recorrente a pagar aos agravados, conjuntamente considerados, multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, condicionando a interposição de qualquer outro recurso (inclusive de embargos declaratórios) ao depósito integral do valor dessa multa.

É como voto.



Des. Fernando Eduardo Ferreira  
Relator

02/08/11

---

<sup>4</sup> Em “Curso de Direito Processual Civil – Meios de impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais”, vol. 3, Ed. JusPODIVM, 8ª ed./2010, p. 128, sem o destaque

<sup>5</sup> Em “Comentários ao Código de Processo Civil”, Forense/1ª ed., p. 181, sem o destaque